

MUNDOS DO TRABALHO

Publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” - ANPUH

Dossiê Trabalhadores e Poder Municipal

Organização
Cristiana Schettini
Paulo Cruz Terra



Apoio logístico
PPGHIS UFSC

Janeiro/Junho 2013
Volume 5 - Número 9

Apoio institucional
PPGHIS UNICAMP

MUNDOS DO TRABALHO

Publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” - ANPUH

GRUPO DE TRABALHO “MUNDOS DO TRABALHO”
(<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/>)

Coordenação Nacional

Aldrin Castellucci

Coordenações Estaduais

Mato Grosso Do Sul

Vitor Wagner Neto de Oliveira

Rio Grande Do Sul

Alisson Droppa - Coordenador

Icaro Bittencourt - Vice-Coordenador

Santa Catarina

Adriano Luiz Duarte

São Paulo

Dainis Karepovs

Paraná

Antônio de Pádua Bosi

ISSN 1994-9222

[http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/
mundosdotrabalho](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho)



Apoio logístico
Programa de Pós-graduação
em História da UFSC

Janeiro/Junho 2013
Volume 5 - Número 9



UNICAMP

Apoio institucional
Programa de Pós-graduação
em História da UNICAMP

EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Clarice Speranza
Universidade Federal de Pelotas
Cristiana Schettini
Universidad Nacional San Martín
Deivison Gonçalves Amaral
Universidade Estadual de Campinas
David Lacerda
Universidade Estadual de Campinas
Fabiane Popinigis
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Isabel Aparecida Bilhão
Universidade de Passo Fundo
Henrique Espada
Universidade Federal de Santa Catarina
Larissa Correa
Correspondente do Instituto Internacional de
História Social de Amsterdam no Brasil
Marcelo Mac Cord
Universidade Federal Fluminense
Oswaldo Batista Acioly Maciel
Universidade Federal de Alagoas
Paulo Cruz Terra
Universidade Federal Fluminense
Vinícius de Rezende
Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Antonio Luigi Negro
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Barbara Weinstein
New York University, Estados Unidos
Beatriz Ana Loner
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Beatriz Mamigonian
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Cláudio Henrique de Moraes Batalha
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Dick Geary
Nottingham University, Grã-Bretanha
Flavio dos Santos Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
John D. French
Duke University, Estados Unidos
José Ricardo G. P. Ramalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
José Sérgio Leite Lopes
Museu Nacional - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Brasil
Juan Suriano
Universidad de Buenos Aires, Argentina
Marcel Van Der Linden
International Institute of Social History, Holanda
Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marco Aurélio Santana
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Célia P. M. Paoli
Universidade de São Paulo, Brasil
Michael McDonald Hall
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Michel Ralle
Université de Paris IV (Sorbonne), Paris
Mirta Zaida Lobato
Universidad de Buenos Aires, Argentina
Norberto Oswaldo Ferreras
Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prabhu Mohapatra
University of Delhi, Índia
Sidney Chalhoub
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Vitor Wagner Neto de Oliveira
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

GERENTES

Henrique Espada Lima
Fabiane Popinigis

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DO NÚMERO Cristiana Schettini e Paulo Cruz Terra

REVISÃO DE TEXTO Denize Gonzaga

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Virgínia Loureiro

COLABORARAM COM ESSE NÚMERO

Ana Carina Azevedo (Universidade Nova de Lisboa), Anderson Pires (UFJF), Antonio Luigi Negro (UFBA), Carlos Augusto Pereira dos Santos (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Carlos Zacarias de Sena Júnior (UFBA), Cesar Monaco (UNGS), Claudia Baeta Leal (IPHAN), Cristina Scheibe Wolff (UFSC), Elizabete Rodrigues da Silva (SEC-BA, UFRB), Endrica Geraldo (UFSC), Gladyson Stélio Brito Pereira (UNEAL), Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira (UEL), Marcelo Badaró Mattos (UFF), Márcia Cury (UNICAMP), Marcos Tadeu Del Roio (UNESP/Araraquara), Maria Celma Borges (UFMS), Maurício Sardá Faria (UFPB), Oswaldo Batista Acioly Maciel (UFAL), Raquel Cardeira Varela (Universidade Nova de Lisboa), Rinaldo José Varussa (UNIOESTE), Victoria Basualdo (CONICET), Vinícius de Rezende (Escola DIEESE de Ciências do Trabalho) e Wellington Castelucci Jr. (UFRB).

Apresentação do dossiê Trabalhadores e Poder Municipal

Cristiana Schettini*

Paulo Terra**

Enquanto preparávamos este dossiê, observamos os diversos grupos de homens e mulheres que voltam a ocupar as ruas de muitas cidades do Brasil para protestar. Uma vez mais parece tratar-se de uma dessas ocasiões especiais que contribuem à formulação de novos desafios para a política e para a história, e também para a renovação das perguntas que alimentam o ofício. A tarefa de entender, descrever e avaliar quem são esses agentes e o que os motivam volta a estar na ordem do dia. Pelo menos para aqueles de nós que nesses momentos compartilhamos o incômodo de *Ciro Flamarion Cardoso* com “uma historiografia que não se mostra preocupada com o mundo ao qual pertence”.¹

Os historiadores sociais já tiveram incontáveis oportunidades para aprender que as razões que levam as pessoas às ruas costumam ser diversas e mutáveis. Ao longo do tempo, muitas dessas manifestações nos ensinaram a ampliar o que consideramos como política e a reconhecer tradições de lutas, noções de direitos e do justo compartilhadas, que alimentam e delineiam esses momentos cruciais da experiência social. Dificilmente podem ser agrupadas e restringidas a pares dicotômicos, tentação para os apressados e boa parte da imprensa (de outros e de tempos mais próximos aos nossos). Também não surpreenderá os historiadores sociais a observação de que, quaisquer que sejam os motivos de tantas gentes, eles costumam incluir questões da vida cotidiana e de acesso a determinados serviços. Se hoje em dia a garantia a muitos deles se considera como parte dos direitos universais básicos, é evidente que continuam faltando para uma parte grande dos trabalhadores instalados nas cidades.

A imagem da capa deste dossiê nos lembra um desses momentos da história do Rio de Janeiro. Em novembro de 1904, foi difícil para muitos contemporâneos decifrar a fúria daquelas pessoas que viraram os bondes nas ruas das adjacências da praça da República, assim como saber quem eram e o que queriam. De fato, até hoje os historiadores continuam discutindo sobre o que despertou a ira daqueles grupos: foi a vacina obrigatória, foi o avanço das reformas urbanas violentas e excludentes, foi a péssima qualidade do transporte e da moradia? Ou havia motivações golpistas de grupos políticos republicanos radicais ou monarquistas?² Mais

* Pesquisadora do CONICET com sede no Instituto Interdisciplinar de Estudios de Género – Universidad de Buenos Aires. Professora no Instituto de Altos Estudios Sociales da Universidad Nacional de San Martín. Contato: cschettini@hotmail.com

** Professor da Universidade Federal Fluminense, Polo Campos dos Goitacazes. Contato: p003256@yahoo.com.br

1 *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 84, set. 2012.

2 Para um balanço completo do debate historiográfico sobre a revolta da vacina nas últimas duas décadas, ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

provavelmente se tratava de tudo isso junto. Os acontecimentos de novembro pareciam expressar lutas materiais e simbólicas nas quais se confrontavam tradições culturais e experiências sociais diversas. Mas se é difícil chegar a um acordo sobre motivações, parece que sempre esteve claro, tanto para os contemporâneos como para os historiadores, quem foi que teve que pagar a conta das custosas obras de reforma urbana, que embelezou ruas, alargou avenidas, modernizou a iluminação pública, mas não melhorou as condições de transporte e de moradia da maioria dos moradores da capital da ainda jovem República.³

E com isso nos aproximamos do que inspira este dossiê. Resguardadas as especificidades de cada período histórico, o poder público mais próximo e talvez mais fortemente identificado com a provisão desses serviços era o municipal. Este âmbito, talvez o mais cotidiano, de encontro entre o Estado e os trabalhadores, e ainda tão pouco conhecido em suas peculiaridades, surge cada vez mais como um recorte promissor para os historiadores do trabalho. Nesta breve introdução, queremos chamar a atenção para as possibilidades analíticas que se abrem a partir do tratamento do âmbito municipal como um prisma para iluminar certas dimensões de conflito social que perpassavam a experiência cotidiana dos trabalhadores na cidade.

Se o poder municipal foi visto pela historiografia como um dos elementos essenciais na análise da sociedade colonial⁴, o mesmo não se pode dizer para o período pós-Independência. Nesse sentido, enfatizou-se a perda de importância das câmaras municipais diante, por exemplo, da criação de outras esferas, como o Governo das Províncias e a Assembleia Legislativa Provincial⁵, o que explica, em parte, os poucos estudos que se dedicaram à análise das instituições camarárias no período imperial.⁶

Os artigos do presente dossiê, no entanto, demonstram que, apesar das tentativas de controle sobre as câmaras municipais, elas se mantiveram, ao longo do Império, como espaços importantes de regulação da vida nas cidades. Assim, somos apresentados pelos autores aqui reunidos a uma diversidade de leis e regulamentos municipais que incidiam sobre o trabalho e os trabalhadores. A análise sobre essa dimensão nos auxilia a rever a imagem ainda presente na nossa historiografia que insiste sobre a ausência do Estado na regulação das relações de trabalho antes da aprovação das leis trabalhistas. A legislação municipal abre, então, um amplo campo de possibilidades analíticas para repensar periodizações e marcos explicativos para aqueles interessados na história social do trabalho.

A articulação das leis, a implementação e a sua fiscalização indicam que o poder municipal não tinha nada de monolítico e uniforme. Pelo contrário, os conflitos — e, muitas vezes, a negociação — estavam presentes nas relações entre os

3 Vale a pena mencionar que a historiografia também indicou os antecedentes destas formas de luta forjadas nas últimas décadas do período monárquico, como na chamada Revolta do Vintém. Ver, em especial: GRAHAM, Sandra L. “O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro - 1880”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.10, n.20, mar./ago. 1991.

4 Sobre as análises das câmaras municipais no período colonial, ver: BOXER, C. R. *O império colonial português [1415-1825]*. Lisboa. Edições 70, 1981; BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n.36, 1998; BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”. Penélope, Lisboa, v. 23, 2000.

5 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município do Brasil colonial e a configuração do poder econômico”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Junia Ferreira; SOUZA, Laura de Mello (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 392.

6 Um exemplo de análise sobre as câmaras municipais no período Imperial: SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal da Corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1884-1889)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp/IFCH, 2007.

trabalhadores e os fiscais, entre estes e os diferentes funcionários da municipalidade, e ainda entre o Executivo e o Legislativo municipal.

Por incidir diretamente na organização da vida cotidiana urbana, o poder municipal tornou-se um importante espaço de lutas por direitos. Os trabalhadores e trabalhadoras tinham suas próprias leituras e expectativas sobre as medidas que buscavam controlar suas atividades, e alguns deles recorreram ao poder municipal com o intuito de que este interviesse mais diretamente nos conflitos entre empregados e patrões. A historiografia recente vem mostrando justamente como muitas categorias profissionais e grupos sociais tiveram nas leis e regulamentos municipais um importante foco para suas mobilizações e reivindicações, tais como, por exemplo, os empregados do comércio, as quitandeiras, os carregadores, os cocheiros e carroceiros.⁷ Esses trabalhadores demonstravam seus diversos anseios por meio de requerimentos, abaixo-assinados e greves.

Este dossiê reúne as reflexões de cinco historiadores que oferecem diversas aproximações ao poder municipal, sua organização e conflitos internos, e as relações que estabeleciam com diferentes grupos de trabalhadores. Na escuridão da noite ou em plena luz do dia, em Inhaúma ou no Mercado Público, nos conflitos políticos dentro da Câmara dos Vereadores, o poder público municipal aparece, nos vários textos aqui reunidos, como uma das chaves para a compreensão do trabalho, da sociabilidade e de outros momentos da vida de trabalhadores do Rio de Janeiro.

Um balanço dos estudos que analisam as relações entre trabalhadores e o poder municipal nos é apresentado no artigo de Juliana Teixeira de Souza. A autora nos mostra que ainda são poucas as pesquisas nesse âmbito, mas não por isso deixam de representar uma contribuição significativa ao conhecimento das formas de organização e de luta no século XIX. Souza analisa, ainda, as circunstâncias em que os escravizados aparecem na legislação municipal da Corte imperial, estando elas muito ligadas à regulação do mundo do trabalho.

Amy Chazkel, por sua vez, nos conta uma desconhecida história sobre o Toque de Recolher no Rio de Janeiro do século XIX, que designava a noite como uma jurisdição à parte. Chazkel nos mostra como o Toque de Recolher estava relacionado ao controle dos trabalhadores e, em especial, da maioria não branca da cidade. Além disso, as pessoas presas com base nessa medida legal foram utilizadas em obras públicas. A Câmara Municipal, assim, cumpriu um papel fundamental na redistribuição da mão de obra na organização do espaço urbano.

Já Juliana Barreto Farias enfoca a relação da municipalidade do Rio de Janeiro com os trabalhadores da Praça do Mercado, importante ponto de abastecimento de gêneros de primeira necessidade no Rio de Janeiro oitocentista. A autora acompanha as relações cotidianas travadas entre os pequenos negociantes, nas quais o convívio entre portugueses e africanos se mostrou bem mais amistoso do que em outras partes da cidade. Verificam-se também as relações diferenciadas que esses pequenos negociantes mantinham com fiscais, agentes municipais e vereadores.

7 Exemplos da produção que aborda a relação dos trabalhadores com o poder municipal: REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*. São Paulo: USP/Superintendência de Comunicação Social, n.18, 1993; POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1922*. Campinas: Editora da Unicamp. 2007; FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese (Doutorado em História Social). USP, 2012; TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalho: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF/ICHF, 2012.

O mundo ainda pouco explorado das posturas municipais, suas infrações e os tortuosos caminhos de cobranças de multas é o foco de Cristiane Myasaka. Em seu texto, a difundida ideia de que foi o povo que pagou a conta da reforma urbana ganha contornos muito concretos e matizes importantes. Acompanhar de quem e por que a prefeitura cobrava multas nos permite ter uma noção detalhada de como o poder público se capitalizava neste momento de grandes gastos. Mas principalmente desvia a nossa atenção do centro da cidade para os subúrbios, em pleno processo de explosão demográfica, onde se foram concentrar grandes contingentes da classe trabalhadora naqueles primeiros anos do século XX. Na negociação entre engenheiros, agentes da prefeitura e guardas da polícia, vamos descobrindo quanta política pode existir na construção de um puxadinho.

Finalmente, ao desenvolver uma perspectiva mais estritamente da história política, Marcelo Magalhães nos oferece uma minuciosa radiografia da organização interna daquilo que chamamos de “poder municipal”. Nas muitas vezes tensa e instável relação entre o prefeito e os intendentes, os problemas relativos ao funcionalismo público eram recorrentes e iam esboçando as funções do Estado como padrão e, ao mesmo tempo, as relações de poder locais. Ao acompanhá-los ao longo dos primeiros anos republicanos por meio da questão dos vetos, Magalhães nos recorda da imperiosa necessidade de uma melhor compreensão dos acordos e das políticas que informavam os debates portas adentro do Legislativo municipal e na sua relação com o Poder Executivo.

Esperamos que este dossiê cumpra o objetivo de expor os principais nós problemáticos da recente e significativa produção historiográfica que privilegia a dimensão municipal como recorte e problema de pesquisa. Principalmente, confiamos que os artigos aqui reunidos estimulem a reflexão historiográfica e apontem possíveis desdobramentos de uma perspectiva que se mostra tão prometedora e fundamental para a compreensão da experiência social dos trabalhadores brasileiros.